

Preço do gás natural impede maior produtividade para a indústria química

Insumo é utilizado como fonte energética e matéria-prima para produção de amônia e ureia, por exemplo. Os altos preços do gás natural, no Brasil, afetam a competitividade dos setores químico e petroquímico nacionais, favorecendo as importações.

O Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química (IdQ) e a Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) alertam sobre a necessidade de preços mais justos para o gás natural utilizado pelas empresas do setor, no Brasil. A indústria química é o maior consumidor de gás natural do País e está perdendo competitividade, já que o gás natural é usado no setor como fonte energética e como matéria-prima, para a produção de amônia e ureia, presentes em fertilizantes, por exemplo.

De acordo com o Ministério das Minas e Energia (MME), o valor cobrado no Brasil em outubro de 2023, sem tributos e encargos, chegava a US\$ 10,9 por MMBTU (a unidade MMBTU equivale a 26,8 metros cúbicos de gás natural). Nos Estados Unidos, o valor praticado é de pouco mais US\$ 2/MMBTU e na Europa, cerca de US\$ 8,5/MMBTU. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), o preço interno do gás natural é três a quatro vezes mais alto que em países cujos produtos químicos competem com os nossos.

“No setor petroquímico, o gás natural responde por 60% a 80% dos custos de produção”, informa a ABIQUIM. Diante da perda de competitividade dos produtos nacionais, a balança comercial do setor químico fechou 2023 com déficit de US\$ 46,6 bilhões. E o acumulado do primeiro trimestre de 2024 foi próximo a US\$ 10 bilhões.

O deputado federal Afonso Motta (PDT-RS), presidente da Frente Parlamentar da Química, ressaltou a necessidade de preços menores: *“A disparidade entre o Brasil e outros mercados pede uma política industrial que incentive a atividade econômica, a partir de preços mais justos para o gás natural. A indústria química tem uma contribuição em impostos muito expressiva para o País, por isso, precisa de atenção especial”,* afirmou o deputado, durante visita ao Polo Petroquímico de Cubatão (SP), em abril.

O IdQ – Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química, também avalia que há espaço para a redução de preço do insumo, uma vez que haverá aumento de oferta de gás natural. De acordo com informação divulgada pelo Ministério das Minas e Energia, no segundo semestre de 2024 está previsto um incremento de 18 milhões de metros cúbicos, por dia, provenientes da Bacia de Santos (SP). Outros 10 milhões de m³/dia estarão disponíveis a partir de 2025, pelo fornecimento argentino. Até 2028, o Rio de Janeiro adicionará 14 milhões de m³/dia à produção brasileira e Sergipe, 18 milhões de m³/dia. De acordo com o MME, o Brasil tem potencial de incremento da oferta de gás natural de 150 milhões de m³/dia.

O ministério também prevê a possibilidade aumentar a oferta disponível para o consumo pela redução do volume de gás reinjetado (uma técnica para aumentar a produção de petróleo). Dos 143,2 milhões de m³/dia de gás natural produzidos no país, 73,4 milhões são reinjetados. Em abril, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços comprometeu-se a realizar uma avaliação e acompanhamento mais próximos sobre os valores praticados.

A presidente do conselho do IdQ, Juliana Marra, afirma: *“Os dados divulgados pelo MME e a posição do MDIC revelam que nosso pleito é legítimo e a redução, possível. A indústria química precisa tornar-se mais competitiva e substituir as importações. O nível de consumo de gás natural no Brasil se mantém estacionado já faz algum tempo pelo preço elevado, que desencoraja investimentos em aumento da produção nacional.”* Dados apresentados pelo MDIC revelam que, de 2014 a 2022, a oferta de gás natural no país recuou de cerca de 120 milhões de m³/dia para menos de 100 milhões.

Juliana Marra lembra, ainda, que o aumento da disponibilidade de gás natural para a produção de fertilizantes nitrogenados e produtos petroquímicos está entre os objetivos do programa **Gás para Empregar**, cujo grupo de trabalho foi instituído em maio de 2023.

Mistura pode afetar competitividade

Além dos preços praticados para o gás, a presidente do IdQ recorda que a indústria química passou a ter uma nova preocupação por causa da aprovação, em 13 de março de 2024, do **Projeto de Lei dos Combustíveis do Futuro**, que prevê a obrigatoriedade de adição, a partir de 2026, de 1% a 10% de biometano ao gás natural, como forma de reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

“A redução terá resultado muito baixo na descarbonização e vai gerar aumento do custo de produção na indústria local e perda de competitividade, contra a qual já lutamos. A redução de emissões seria mais eficiente pela aplicação de melhorias tecnológicas no processo produtivo, recuperação de áreas degradadas ou preservação de florestas”, conclui a presidente do conselho do IdQ. Com a obrigatoriedade de adição de biometano, a Associação Brasileira da Indústria Química prevê aumento de custo para o setor em até R\$ 1,71 bilhão por ano.

André Passos Cordeiro, presidente-executivo da ABIQUIM, recorda que a indústria química é global e por isso precisa ser competitiva. Neste contexto, ele afirma que o gás natural é um dos diferenciais que o Brasil oferece em termos de matéria-prima e fonte energética, sobre as quais pode apoiar a retomada e crescimento da indústria química brasileira.

“Para se ter uma ideia do grau de incremento de competitividade potencial, segundo dados da ABIQUIM, cada 13,3 milhões de m³/dia de gás rico do pré-sal podem viabilizar investimentos da ordem de R\$ 68 bilhões, o que permite a construção de duas plantas de amônia, duas de ureia, uma de metanol e uma de eteno, além da duplicação de uma planta de eteno. Isso representa um acréscimo anual de R\$ 160 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) em dois a quatro anos, além da geração de cerca de 12 mil empregos na indústria química”, explica Passos.

O executivo recorda que cerca de 90% dos fertilizantes nitrogenados (derivados do metano) consumidos no País são importados e 100% das necessidades de metanol são supridas por importação.

Sobre o Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química (IdQ)

Fundado em julho de 2022, o IdQ reúne associações para a construção de uma agenda conjunta voltada ao desenvolvimento do setor químico brasileiro, por meio de inovação, sustentabilidade e responsabilidade social. Presidido por Juliana Marra, o Instituto visa ser um canal de

interlocução entre setor público, sociedade civil e entidades privadas, oferecendo, ainda, suporte à Frente Parlamentar da Química.

Sobre a Frente Parlamentar da Química (FPQuímica)

A Frente Parlamentar da Química completa 11 anos em 2024 e foi relançada em 19 de abril de 2023. Além de Afonso Motta, integram a Comissão Executiva, entre os mais de 200 parlamentares signatários: Kiko Celeguim (PT-SP), Vitor Lippi (PSDB-SP), Ivoneide Caetano (PT-BA), Evair de Melo (PP-ES), Reimont (PT-RJ), Márcio Biolchi (MDB-RS), Carlos Zarattini (PT-SP), Carlos Gomes (REP-RS), Alceu Moreira (MDB-RS), Zé Neto (PT-BA), Vinicius Carvalho (REP-SP), Lucas Redecker (PSDB-RS), Julio Lopes (PP-RJ), Fernando Marangoni (União-SP), Arnaldo Jardim (CID-SP) e Daniel Almeida (PC do B-BA).

Perfil da porta-voz

Juliana Marra, presidente do conselho do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química (IdQ), é química industrial com Executive MBA pela Fundação Dom Cabral. Atua como gerente sênior de Assuntos Corporativos da Unilever do Brasil. Também preside a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional (ABIPLA) e o Conselho Fiscal do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV). Juliana Marra integra também o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República, atua como diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), como conselheira da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e do Conselho Superior Feminino (COFEM) da FIESP.

Link para foto da porta-voz:

<https://drive.google.com/file/d/1f61eUM2aFAGA2jaaRnRT2TYWbDaGXtJ9/view?usp=sharing>



INFORMAÇÕES À IMPRENSA:

Rita Mazzuchini (rita@mcepress.com.br) – (11) 98115-4433

Mario Curcio (mario@mcepress.com.br) – (11) 97466-8897

Luis Massao (massao@mcepress.com.br) – (11) 97619-6042